

AGRUPAMENTO DE ESTUDOS DE CARTOGRAFIA ANTIGA

XXV

SECÇÃO DE LISBOA

NOVOS DOCUMENTOS SOBRE UMA EXPEDIÇÃO
DE GONÇALO COELHO AO BRASIL, ENTRE
1503 E 1505

POR
A. TEIXEIRA DA MOTA

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR
LISBOA ≡ 1969

NOVOS DOCUMENTOS SOBRE UMA EXPEDIÇÃO
DE GONÇALO COELHO AO BRASIL,
ENTRE 1503 E 1505 (*)

POR

A. TEIXEIRA DA MOTA

Dada a grande escassez de fontes documentais, tem sido muito discutido quem foram os comandantes das expedições ao Brasil que se seguiram à viagem de Cabral.

Assim, a propósito da expedição de 1501-1502, apenas Gaspar Correia e Gabriel Soares de Sousa apontam quem a chefiava, dizendo o primeiro que teria sido André Gonçalves, enquanto o último, em 1587, afirma que teria sido Gonçalo Coelho. A maneira como Gabriel Soares de Sousa conclui a notícia, dizendo que Coelho regressou ao reino já no tempo de D. João III, mostra grande confusão no espírito do autor, pelo que à sua informação tem sido concedido pouco crédito.

Duarte Leite, baseado no facto de D. Manuel conceder a ilha de S. João a Fernão de Loronha, dizendo este o seu descobridor, e ainda em que a descoberta se efectuou na viagem de 1501-1502, conclui que foi Loronha o chefe, pois aos comandantes se atribuem normalmente as honras das descobertas⁽¹⁾. Já Malheiro Dias⁽²⁾ impugnara estes argumentos, afirmando que os navios, no regresso, se poderiam ter separado, sendo o comandado por Loronha que tocaria na ilha. Esta separação poderia até ter sido temporária, reunindo-se de novo os navios mais tarde. Afigura-se-nos, aliás, possível que Loronha não tivesse sido

(*) Comunicação apresentada ao Colóquio Luso-Brasileiro de História, realizado no Rio de Janeiro em Setembro de 1968.

(1) Duarte Leite, *O mais antigo mapa do Brasil*, in «História da Colonização Portuguesa no Brasil», vol. II, pp. 225-81, Porto 1923.

(2) C. Malheiro Dias, *A expedição de 1503*, ibidem, p. 295.

o comandante do navio descobridor, mas sim o seu armador e que este facto teria podido justificar a redacção do documento em que lhe foi concedida a ilha de S. João.

Em Março de 1954 tivemos ocasião de examinar em Fano uma carta de Vesconte de Maiollo, cuja data se presta a discussões mas que julgamos ser 1504, e que até então não merecera a atenção dos historiadores do Brasil, apesar do seu evidente interesse para o estudo das primeiras expedições. Deste facto demos então conhecimento, em Génova, ao secretário do «Cívico Istituto Colombiano», que logo o transmitiu ao Prof. Revelli. Poucos meses depois, a carta — até aí praticamente ignorada — figurava na exposição comemorativa do centenário do nascimento de Américo Vespúcio, realizada em Florença. Tendo-a visto aí, R. Levillier publicou sobre ela um pequeno artigo, aonde finalmente aparecia reproduzida pela primeira vez. Escrevemos então desenvolvido trabalho sobre a carta e as primeiras expedições ao Brasil, o qual continua inédito, porquanto pretendemos acabar, para incluir nele, uma parte consagrada à análise das lendas vespucianas, o que não pudemos ainda fazer devido a sucessivos trabalhos mais prementes.

Na carta vem representado o Brasil, com o nome de «Tera de Gonsalvo Coigo vocatur Santa Croxe»; Gonsalvo Coigo é evidentemente Gonçalo Coelho, já que o *g* no dialecto genovês vale *lh*. No nosso estudo concluímos que esta designação permite apurar que foi Gonçalo Coelho o comandante da expedição de 1501-1502, por motivos que aqui não interessa especialmente referir.

No que respeita à expedição de 1503-1504, Damião de Gois refere que ela se compunha de 6 navios e era chefiada por Gonçalo Coelho⁽¹⁾, o que repete Jerónimo Osório.

Malheiro Dias⁽²⁾ conseguiu, entre os vários Gonçalo Coelho da época, apurar qual foi o do Brasil. Trata-se do emissário que D. João II

⁽¹⁾ *Chronica de D. Manuel*, Parte 1.^a, Cap. LXV.

⁽²⁾ Ob. cit., pp. 299-308. Acerca das opiniões, antigas e modernas, sobre os comandantes das expedições de 1501 e 1503, ver p. 295 do mesmo trabalho, e, do mesmo autor, *A expedição de 1501* (in *Hist. Colon. Port. Brasil*, II, p. 213); e ainda Duarte Leite, ob. cit., pp. 277-9.

mandou ao rei Jalofo Bemoim, por altura de uma guerra civil no Senegal; João de Barros colheu do próprio Coelho as informações que dá sobre este conhecido episódio⁽¹⁾. Em 1497 foi nomeado escrivão da fazenda de Lisboa, cargo que ainda exercia em 1522. Nestas funções teve relações com Fernão de Loronha, como consta de um documento. Foi o pai de Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário de Pernambuco, e sobre as suas viagens ao Brasil há o testemunho que consta de uma genealogia dos Coelhos, onde Duarte de Albuquerque Coelho, que viveu em fins do século XVI, anotou o seguinte, referindo-se a Duarte Coelho Pereira, seu avô: «Segundo informação que temos dos mais antigos homens que alcançamos em Portugal que conheceram o dito Duarte Coelho ainda solteiro, destas viagens que ele com seu pai fazia ao Brasil teve tanta notícia daquela terra e conhecimento do gentio dela, que acrescentando-se a sua qualidade de fidalgo honrado (que este foro tinha em casa de El-Rei), ser muito rico, e seus muitos serviços e satisfação que El-Rei D. João III dele tinha e de seu procedimento, e ainda dos serviços de seu pai feitos naquelas partes, lhe fez mercê da larga doação de Pernambuco» (à margem vem a indicação das pessoas invocadas como tendo conhecido Duarte Coelho).

Deste testemunho, tão importante, colhe-se que Gonçalo Coelho fez várias viagens ao Brasil, o que reforça a suposição de ter comandado as armadas de 1501 e 1503.

Apesar disso, alguns historiadores têm negado a participação de Gonçalo Coelho na expedição de 1501. Estão neste caso Magnaghi e Caraci, os quais, como se sabe, não admitem a ida de Vespúcio ao Brasil em 1503 e vêm no florentino o verdadeiro condutor da expedição de 1501. Magnaghi, a propósito, escreveu «ora, quanto a Gonzalo Coelho, noi non lo troviamo mai nominato in nessun documento portoghese, e neppure nelle relazioni di viaggi all'India (cfr. ad. es. l'elenco dei compagni di Cabral, il fiore della marina portoghese) ed abbiám perciò ragione di considerarlo un personaggio sospetto»⁽²⁾. Por sua vez, Caraci afirma «che non c'è nessun documento, nessuna prova, nessun acceno, nessuna ragione, nessun appliglio che non si dice

(1) *Asia*, Dec. I, Liv. III, cap. VI.

(2) Alberto Hagnaghi, *Amerigo Vespucci*, 2.^a ed., Roma 1926, p. 185.

obblighi ma consigli di ricorrere ad una simile ipotesi» (a de Coelho comandar a expedição de 1501). Afirma ainda que os argumentos de Magnaghi que excluem da «grande viagem vespuciana» Coelho «sono perentorie; ad ogni modo, se non si voglio accettare, ocoorrerà primo confutarle»⁽¹⁾. Quando se vão procurar os argumentos, só se encontra, porém, o passo acima transcrito e a afirmação de que Humboldt demonstrou que Coelho não se podia ser o comandante em 1501... porque o fora em 1503.

O grande interesse da carta de Vesconte de Maiollo de 1504 — para cuja divulgação contribuimos há uma quinzena de anos — reside no facto de constituir o único documento coevo, até agora conhecido, associando Gonçalo Coelho à chefia das explorações primitivas do litoral brasileiro, pois só em meados do século XVI, com Damião de Goes, surgem as primeiras referências a tal. E a legenda da carta de Fano, dando ao Brasil o nome de «Terra de Gonçalo Coelho», confirma inteiramente a nota de Duarte de Albuquerque Coelho, mostrando uma maneira concludente que, nos primeiros anos do século XVI, Gonçalo Coelho era considerado em Portugal como o grande explorador dos litorais brasileiros.

Na realidade, independentemente da carta de Fano, não faltam os documentos sobre Gonçalo Coelho, além da notícia de Goes. O que mais uma vez vem demonstrar os inconvenientes de querer escrever sobre a viagem de 1501, na qual Vespúcio foi muito provavelmente como feitor de G. Sernigi ou de B. Marchione, ignorando a documentação portuguesa, como têm feito alguns historiadores italianos, nomeadamente Magnaghi.

Deve-se a Malheiro Dias o estudo mais completo sobre Gonçalo Coelho, com a cuidadosa compilação dos documentos que conseguiu juntar sobre o navegador e outros homónimos da época. Nos últimos tempos, tem-nos sido dado reunir mais um número considerável de documentos sobre um e outros, que contamos trazer a público quando terminarem as pesquisas em curso. Infelizmente, à excepção de dois, nenhum dos documentos tem qualquer informação sobre viagens ao

(1) G. Caraci, *I problemi vespuciani e i loro recenti studiosi*, in «Studi Colombiani», Genova, vol. II, pp. 501 e 537-8.

Brasil de Gonçalo Coelho. Desses dois documentos, ambos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos passamos a ocupar.

O mais antigo tem a cota «Cartas missivas, 4-352», e embora sem data, pode ser datado com relativa probabilidade de 1512, pelo cotejo com o outro documento. Trata-se de uma carta dirigida por Lourenço Fernandes e João Fernandes a el-Rei solicitando perdão e redução do degredo a que haviam sido condenados. Nos termos da carta, a pena fora-lhes imposta por, servindo de testemunhas num caso de adultério em que não estavam envolvidos, as suas declarações, feitas por duas vezes com grande intervalo, não serem concordantes. Eram então mancebos, e por aquele facto foram presos, açoutados e degredados por toda a vida para a ilha de S. Tomé. Tal pena foi-lhes mudada pelo embarque numa armada para o Brasil, onde deviam ficar quatro anos. A armada escalou a «ilha de Cabo Verde» (deve ser a ilha de Santiago, que então era frequentemente designada desta maneira), e aí, pela má vida que levavam a bordo da nau, fugiram para terra, onde «há sete ou oito anos que estamos homiziados por as serras desta ilha com medo das vossas justiças». A terminar, suplicam a el-Rei que lhes levante o degredo e oferecem-se para servir Sua Alteza nas «partes de Além». Sendo o documento de 1512, como é muito provável, concluiu-se que a armada para o Brasil teria partido em 1504 ou 1505.

O outro documento é a carta de perdão a um dos fugitivos, João Fernandes, datada de 3 de Junho de 1513, registada na Chancelaria de D. Manuel, Perdões e Legitimações, Livro 1, fls. 74-74v. Aí se diz que ele andava na Ilha de Cabo Verde há oito ou nove anos, o que nos leva a datar o documento anterior de 1512. Trata-se, indiscutivelmente, do mesmo João Fernandes daquele documento, dada a concordância dos pormenores comuns citados em ambos, mas não se refere o outro fugitivo, Lourenço Fernandes, pelo que, possivelmente, João Fernandes teria escrito outra carta a el-Rei tratando apenas do seu caso. É de notar, no entanto, que nesta carta de perdão se não fala na mudança do degredo de S. Tomé para o Brasil, mas no embarque «numa armada em que ia por capitão Gonçalo Coelho», a qual escalou a ilha de Cabo Verde, onde o condenado fugiu para terra.

Os dois documentos completam-se: no primeiro fala-se numa armada para o Brasil sem indicar o nome do capitão, enquanto no

segundo se diz que o capitão era Gonçalo Coelho, mas sem referir que o destino era o Brasil.

Os oito ou nove anos em que João Fernandes andava homiziado na ilha de Cabo Verde, inculcam que a fuga para terra se deu em 1504 ou 1505. No entanto, as expressões «sete ou oito anos» e «oito ou nove anos» são um tanto vagas, e é admissível supor que o facto pudesse ter ocorrido em ano imediatamente anterior ou posterior, tanto mais que não sabemos o mês em que foi escrita a carta solicitando o perdão.

Da expedição de 1503-1504 conhece-se apenas o relato de Américo Vespúcio, o qual constitui a 4.^a viagem da *Lettera* a Pietro Soderini, publicada em 1505-1506. Embora alguns autores considerem que Vespúcio não teria feito outra viagem ao Brasil além da de 1501-1502 e que o texto da 4.^a viagem seria forjado, cremos que este, independentemente do papel de Vespúcio, apresenta aspectos que lhe conferem autenticidade, ainda que com erros, omissões e exageros. Diz-se nesse texto que a armada, composta de 6 navios e de cujo capitão-mor não é dado o nome, partiu de Lisboa a 10 de Maio, indo directamente às ilhas de Cabo Verde, onde concertaram as carenas e tomaram refresco, demorando-se lá 13 dias. O regresso do navio onde ia Vespúcio fez-se a 18 de Junho de 1504, e o florentino, que escrevia a 4 de Setembro, reputava o capitão-mor como perdido, o que indica que nesta data ainda não havia regressado.

Ora se Gonçalo Coelho foi o comandante da armada de 1503, como diz Damião de Goes, e se o seu regresso só se fez depois de 4 de Setembro de 1504, não é admissível que tivesse largado novamente para o Brasil em 1504, até porque a época normal de partida das expedições para o Atlântico Sul era entre Março e Maio (em Maio partiram as expedições de 1501 e 1503). Portanto, dos dois anos que se podem inferir dos documentos relativos aos desertores em Cabo Verde, isto é, 1504 e 1505, o de 1505 é o que se afigura mais provável.

Dada, porém, a forma pouco precisa das expressões «sete ou oito anos» e «oito ou nove anos», é admissível aceitar também o ano de 1503 para a partida da armada, até porque a indicação «oito ou nove anos» da carta de perdão de 3 de Junho de 1513 pode ter sido simplesmente copiada de documento anterior, que desconhecemos, em que João Fernandes pedia o perdão real só para si e não conjuntamente com Lou-

renço Fernandes. Se esse documento fosse de 1512, a expressão «oito ou nove anos» reportar-se-ia a 1503 ou 1504. A demora da armada de 1503 no arquipélago de Cabo Verde, 13 dias, e as reparações levadas a cabo nas carenas, teriam propiciado a João Fernandes e Lourenço Fernandes a oportunidade de se evadirem para terra.

Em resumo: os dois documentos agora trazidos a lume provam que Gonçalo Coelho comandou uma armada para o Brasil entre 1503 e 1505. O ano de 1504 afigura-se menos provável; inclinamo-nos para que se trate da expedição de 1503, embora também seja de admitir uma outra expedição partida em 1505.

De qualquer maneira, temos agora mais testemunhos documentais, a juntar à carta de Vesconte de Maiollo de 1504, comprovando que Gonçalo Coelho teve lugar destacado na primitiva exploração dos litorais brasileiros, pelo que não há lugar para o considerar um «personagem suspeito», como quiseram Magnaghi e outros na sua esteira.

DOCUMENTOS

Pedido de perdão apresentado por Lourenço Fernandes e João Fernandes, [1512].

(Torre do Tombo, Cartas Missivas, 4-352)

Senhor

Louremço/Fernandez e Joam Fernandez naturaes do termo d'Abrantes fazemos saber a Vosa Alteza que nos/semdo moços/amdamdo por soldada nos fomos preguntados por huu testemunho comtra huaa molher que era fogida de seu marido muito tempo avya /e amdamdo nos com outros mamçebos follgamdo achamos /a dicta molher em casa de huu creliguo escomdida /o qual se soube e fomos preguntados por testemunhas /e dahi a muito tempo /fomos Repreguntados por o mesmo caso /e disemos o que sabiamos e nos lembraua aaquele tempo /E por nom conçertar huu dicto com outro /fomos presos /e açoutados e degradados pera a jlha de Sam Tome pera todo sempre /E depois de sermos em o tromco dos degradados pera nos mamdarem se fez prestes /a armada pera o Brasill em a qual nos meteram que fossemos lla por quatro annos e himdo seruir noso degredo /chegamos a Jlha do Cabo Verde /fugimos em terra por a maa vida que na naao levauamos homde ha seete ou oito annos que estamos omeziados por as serras desta jlha com medo das vosas justiçaes /por o qual pidimos a Vosa Alteza a homrra da morte e paixam de Noso Senhor Jhesuu Christo que Vosa Alteza aja piadade de nos /e nos levante o tall degredo /e hjremos serujr dous annos a Vosa Alteza As partes d'aalem /no que Vosa Alteza fara serujço a Deus e a nos esmolla e merçe e Rogaremos a Deus por a vida e aqreçemtamento de voso Reall estado //

Nô VERSO: que Requere Dom Diogo Coutinho

Carta de perdão a João Fernandes, 3 de Junho de 1513.

(Torre do Tombo, Chanc. D. Manuel, Perdões e Legitimações, L.º 1, fls. 74-74v)

Dom Manuell etc. fazemos saber que Joam Fernandez naturalí da Vila d'Abrantez nos enviou dizer per sua píticam que ele fora preso per huu juramento falso que dera comtra hua molher e que estando preso se procedera tanto em seu feyto que fora contra ele sopricamte dada sentença que fosse açoutado e degradado com baração e pregam e pela vila por quatro annos pera a Ilha de Santome em hua armada em que hia por capitam Gonçalo Coelho jmdo pelo mar chegaram a jlha do Cabo Verde omde fogira pela maa vida que levava

e que averya oyto ou nove annos que amdava fogido por ser degradedo pera sempre pera a dicta jlha de Sam Tome e que fora nele sopricamte feyta a dicta enxecução dacoutes com baraçõ e pregam pela vila segundo ver podeamos pela semiença do seu liuramento que peramte nos foy apresentada e aselada de noso selo pemdente e pasada pela nosa chamchelarìa pela qual se mostra ser feyta no dito sopricante a dita enxucaçam pubrica e outra dizemdo majs elle sopricamte que por asy ser degradedo pera sempre pera a dicta Jlha nos pedio perdã do dicto degredo e fogida e nos fizera delo pitiçam na quall se posera que era degradedo por quatro annos somente e que nos lhe perdoamos ho dicto degredo e fogida com tamto que ele pagase doze mill e trezentos Rs a saber: hos 12 mil Rs pera a piedade e os trezentos rs da fogida pera as despesas da nossa Relaçam ho quaes dinheiros ele pagou segundo vimos per conhecimentos asynados de frey Lujs da Costa noso esmoler e de Symão Rodrigues Recebedor das ditas despesas de Relaçam e per outro de Marços Esteves e de Gomez Eannes esprevães dos ditos comtos que sobre eles hos poseram em Receipta e que mandando ele sopricante fazer sua carta de perdã ho espreuam que lha avia de fazer lhe Requerera que lhe mostrase a semtença de seu liuramento e lhe fora mostrada e achara nela que fora degradedo pera sempre pera a dicta jlha de Samtome e que lhe nom qujsera fajer sua carta E que por quanto nosa vontade fora de lhe perdoarmos o dicto degredo em que era condenado posto que na dita semtença se posese por erro quatro annos nos pedia por merçe que lhe desemos Reujsam do dito degredo e lho tiuessemos por aleuantado sem embargo do nom ter começado a servir o dicto degredo nos Releuarmos e ouuessemos Respeito a elle ter pago os ditos doze mill e trezentos Rs e aver muito tempo que amdaua perdido. E nos vemdo o que nos elle sopricamte asy / nos dizer e pedir emvyou se asy he como elle diz e hy mais nom ha visto a semtença do seu liuramento e visto como o tinha pagos os ditos doze mill e trezentos rrs da primeira pitiçam que nos fez e visto ora huu noso prazme per nos asinado E querendo lhe fazer graça e merçe temos por bem e nos praz Reformar ao dito sopricamte o dito perdã que de nos tinha posto que nelle declarase que era degradedo pera sempre per ha dita jlha de Samtome comtamto que alem dos ditos doze mill e trezentos rrs que ja pagos tem elle pagase mais seis mill rrs per a piadade. E por quamto elle sopricamte logo pagou os ditos dinheiros a frey Luis da Costa segundo vimos per huu seu asynado e por outro de Marcos Estevez que os sobre elle os poos em Receipta vos mandamos etc. Em forma dada em Lixboa a 3 dias de Junho el Rey o mandou pelo bispo da Guarda e pollo vigario de Tomar etc. Diogo Laso a fez anno de 513.

Nom faça duujda em jr este perdã em duas letras porque se fez por verdade.